



Capacitação Internacional

“Investigação e Documentação de tortura: Aproximação teórica ao Protocolo de Istambul”

Objetivo:

Capacitar os/as participantes com conhecimentos relativos aos aspectos jurídicos e médico-forenses nacionais internacionais do crime de tortura e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, assim como as questões atinentes à sua identificação, documentação e investigação efetiva, com base no Protocolo de Istambul (Manual para a investigação e documentação eficazes da tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes das Nações Unidas).

Público convidado:

Médicos legistas, residentes e peritos criminais que atuem no Instituto Médico Legal (IML).

Datas e locais:

- São Paulo, SP: 13 de março de 2019.
 - Lugar: Rua Teodoro Sampaio, 115 - Cerqueira César. São Paulo - SP. (entrada pela Av. Dr. Arnaldo)
 - Horário: 09:00 às 18:00

Carga horária: 8 horas/aula.

Conteúdo:

- Tortura no marco do Direito Internacional: normas, padrões e jurisprudência internacionais sobre tortura;
- Questões conceituais e práticas sobre o Protocolo de Istambul (Manual para a investigação e documentação eficazes da tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes das Nações Unidas);
- Elementos essenciais para identificação e documentação médico-legal dos aspectos físicos e psicológicos da tortura;
- Elementos essenciais para interpretação da tortura no contexto da investigação, interrogatório e solicitação de exames de corpo de delito; e
- Casos concretos sobre a aplicação prática do Protocolo de Istambul.



Facilitadores:

Pau Pérez-Sales

É graduado em Medicina pela Universidade de Barcelona, com especialização (Hospital La Paz, Madri) e doutorado em Psiquiatria (Universidade Autônoma de Madri). Atualmente dirige o centro SiRa (Madri) para atenção psicojurídica a vítimas de violência e trabalha como consultor ou colaborador da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura da Espanha, além de ocupar a presidência da Seção de Consequências da Tortura da Associação Psiquiátrica Mundial e atuar como editor do periódico "Torture". Tem vasta experiência internacional, tendo assessorado governos e organizações de direitos humanos em temas de saúde mental, direitos humanos e justiça de transição na Guatemala, em El Salvador, no Peru e na Colômbia, entre outros. Também tem vasta experiência docente em instituições como a UCM, a UNED e Universidade Autônoma de Barcelona, atuando em temas de saúde mental, violência política e catástrofes, bem como na disseminação de aspectos conceituais e técnicos do Protocolo de Istambul.

Marina Parras

É graduada em Medicina e Cirurgia pela Universidade Autônoma de Madri (UAM), com especialização em Medicina Familiar e Comunitária pelo Hospital Universitário de Getafe e doutorado em Medicina Preventiva também pela UAM. Tem formação adicional em urgências e emergências, atenção a pacientes politraumatizados e sequelas de maus tratos e tortura. Tem vasta experiência clínica, sendo atualmente médica adjunta do Serviço de Urgências do Hospital Infanta Sofia, em Madri. Também ainda vasta experiência como docente em temas ligados ao Protocolo de Istambul, além de atuar como perita na documentação de tortura em tribunais nacionais e internacionais. Também desenvolveu um sólido portfólio internacional, com atuação no Chile, no México e na Etiópia.

Veronica Hinestroza

É advogada sênior do Instituto de Direitos Humanos da International Bar Association (IBAHRI), gerenciando o trabalho da organização na América Latina. Tem graduação em governo e relações internacionais, mestrado em Estudos do Desenvolvimento, e um LL.M. em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela Universidade de Essex. Há 14 trabalha e projetos de Direitos Humanos em diferentes organizações, incluindo o Centro Internacional de Justiça de Transição, o Tribunal Penal Internacional, a Relatoria Especial da ONU para o Direito à Saúde e o Centro para a Justiça e o Direito Internacional. Esses trabalhos envolveram avaliações de projetos relacionados ao sistema de justiça implementados por organizações como o Conselho da Noruega para Refugiados, a ONU Mulher e a missão da OEA em apoio ao processo de paz da Colômbia. Também foi professora e pesquisadora em justiça de transição na Universidade de Externado, na Colômbia, e tem trabalhos publicados nas áreas de gênero, desenvolvimento e direitos humanos, crianças-soldados, tribunais internacionais e reparações.



Histórico:

O trabalho que o IBAHRI e a Anti-Torture Initiative, organização parceira em nosso programa de formação, promovem de assistência técnica para diversos stakeholders do sistema de justiça (advogados, defensores públicos, juízes e promotores) no Brasil teve início em junho 2017, com ênfase na implementação do Protocolo de Istambul no país. Valendo-se da expertise dos especialistas internacionais que atuam com o Protocolo de Istambul em todo o mundo, o treinamento passou a se voltar também para profissionais dos serviços periciais (médicos legistas e psicólogos). Foi assim que, em Manaus (região Norte), 61 participantes dos estados do Acre, Amazonas e Roraima foram recebidos na Academia de Ciências e Letras Jurídicas do Amazonas (TJAM); e em Natal (região Nordeste), 66 profissionais dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe participaram da oficina, sendo recebidos pela seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Norte (OAB-RN).

No ano seguinte, mais precisamente em maio de 2018, foram organizados treinamentos sobre o Protocolo para profissionais dos estados da Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Os treinamentos foram realizados na sede da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPE-RJ) e contaram com a participação de 72 profissionais, muitos deles médicos legistas que atuam nos diferentes estados mencionados.

Nosso programa intensivo de capacitação transnacional teve lugar, ainda, em Santa Catarina, no dia 22 de maio de 2018, tendo como anfitriã a Academia Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC). Durante dois dias, o treinamento qualificou 38 profissionais das áreas jurídica e da saúde dos estados de Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Em dois anos (2017-2018) de capacitações sobre o Protocolo de Istambul, foram alcançados mais de 230 profissionais da área jurídica e de serviços periciais, oriundos de 23 estados do Brasil. Desse modo, o IBAHRI e a Anti-Torture Initiative puderam formar uma ampla gama de profissionais do sistema de Justiça e dos Institutos de Perícia, dando efetividade a seus objetivos estratégicos de construção de parceria entre as diferentes instituições presentes em suas capacitações, trocando experiências, compartilhando entendimentos e consolidando uma leitura comum sobre a realidade pericial no país. Sobre este abrangente trabalho de treinamentos, produzimos um breve vídeo que pode ser acessado a partir deste [link](#).

Saiba mais sobre as instituições organizadoras:

A International Bar Association (IBA), fundada em 1947, é a principal organização mundial de profissionais e operadores do Direito e ordens de advogados. Por meio de seu quadro de associados, que conta com advogados, escritórios, ordens e associações de classe de todo o mundo, a IBA exerce grande influência no desenvolvimento e de reformas no Direito Internacional, moldando o futuro das profissões jurídicas ao redor do planeta. A IBA tem sua sede administrativa em Londres, Reino Unido. Possui também escritórios regionais em São Paulo, Brasil; Seul, na Coreia do Sul; e Washington, DC, nos Estados Unidos. O



Programa da IBA para o Tribunal Penal Internacional e o Direito Penal Internacional (TPI & DPI) são geridos a partir de seu escritório em Haia, Holanda.

O Instituto de Direitos Humanos da International Bar Association (IBAHRI), entidade autônoma e com independência financeira, trabalha para promover, proteger e efetivar os direitos humanos sob a égide de um Estado de Direito justo, e para preservar a independência do Judiciário e das profissões jurídicas no mundo.

A Iniciativa Anti-Tortura (ATI, sigla em inglês) é um projeto do Center for Human Rights & Humanitarian Law da Washington College of Law's (WCL), na American University. A ATI foi criada em 2011 com o objetivo de expandir o alcance e a implementação prática do trabalho do ex-Relator Especial das Nações Unidas para a Tortura e Professor de Direitos Humanos em Residência na WCL, Juan E. Méndez. A ATI tem desempenhado um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento de normas, no fornecimento de assistência técnica e capacitação, bem como na promoção da implementação de reformas e melhores práticas em diferentes jurisdições. Durante o mandato do ex-Relator Especial de 2011 a novembro de 2016, a ATI trabalhou com vigor para complementar suas atividades, particularmente nas áreas de acompanhamento, implementação e disseminação. Desde 2016, a ATI continuou sua missão ao elaborar atividades programáticas e específicas a diferentes países, em áreas temáticas-chave, como confinamento solitário, entrevistas investigativas, gênero e tortura, e Protocolo de Istambul.